

Da reforma à revolução: Educação pública e regeneração social na sociologia de Manoel Bomfim

André Luiz Paulilo*

Resumo: O presente artigo procura descrever alguns aspectos da sociologia de Manoel Bomfim entre os anos de 1910 e 1930. O objetivo desta descrição foi determinar a especificidade da perspectiva adotada por Bomfim para compreender as características históricas da formação social do Brasil. Para desenvolver essa perspectiva, o artigo examina a tese defendida por Manoel Bomfim segundo a qual os problemas sociais brasileiros resultam da exploração colonial e do aprofundamento da distância entre as classes dominantes e a população.

Palavras-chave: história da educação, medicina, Manoel Bomfim, teoria social

O recente interesse pela obra de Manoel Bomfim, verificado pela reedição de *América Latina: males de origem* (1993) e *O Brasil nação* (1999), até certo ponto celebra a tradição crítica e polemista da primeira república. A organização da linguagem nessas obras mereceu a análise de importantes intelectuais das últimas duas décadas. Nelson Werneck Sodré destaca o seu marxismo (1945, 1964), *leitmotiv* desenvolvido por Flora Sussekind e Roberto Ventura (s/data) como uma provocação: teoria biológica da mais valia? Não foram os únicos: Dante Moreira Leite (1976) e Antônio Cândido de Mello e Souza (1973) também reservaram espaço para Manoel Bomfim em suas obras de síntese sobre a cultura brasileira.

* Historiador pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e aluno de Doutorado pela mesma faculdade.

Igualmente, Aluizio Alves Filho (1979), Luiz Costa Lima (1989), Lúcia Lippi Oliveira (1990) e Darcy Ribeiro (1984) publicaram estudos acerca das contribuições de Manoel Bomfim para a sociologia brasileira.

Atualmente, os trabalhos de pesquisa vêm fazendo o balanço dessas contribuições. José Maria de Oliveira Silva, por exemplo, sublinha as dificuldades de repensar a obra de Manoel Bomfim em meio a tantas interpretações:

Como repensar, portanto, a obra de Bomfim depois dessas várias interpretações? Como interrogar esse objeto senão estabelecendo correlações entre a obra e o seu meio? A nosso ver, o que tem dificultado a compreensão mais crítica e abrangente do seu pensamento se deve, principalmente a três fatores: (1) Aos estudos bastante parciais sobre o liberalismo brasileiro e, em especial, sobre o liberalismo radical republicano; (2) ao nacionalismo presente na obra de Bomfim, que serve de ponte para as teses tanto da esquerda, quanto da direita política; e (3) a falta da abordagem também biográfica, que permite um melhor entendimento de sua trajetória como educador, escritor e sua experiência de vida (SILVA, 1990:11).

Mais recentemente ainda, Ronaldo Conde Aguiar, enveredando por este último caminho, escreveu uma biografia sobre Manoel Bomfim na qual procura mostrar, entre outras coisas, o modo como a organização do contradiscurso ao racismo científico em Manoel Bomfim foi configurado num radicalismo político:

Bomfim intrometeu-se nas discussões da época de forma inusitada. Enquanto a intelectualidade divergia apenas em relação às virtudes ou desvantagens da miscigenação, concordando, porém, com a idéia da superioridade da raça branca, Bomfim negou enfaticamente o debate, pois ele se sustentava sobre um fundamento falso. A questão racial a rigor não existia; segundo Bomfim, o debate sobre a desigualdade das raças não passava de um enorme “sofisma abjeto de egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

pelos fortes". O suposto científico da teoria do valor das raças era assim sumariamente descartado por Bomfim que percebeu nessa construção teórica uma clara e objetiva motivação política e ideológica (AGUIAR, 2000: 325).

É uma baliza relevante para um questionamento da ação republicana no campo educacional que pode ser enunciado da seguinte forma: até que ponto a idéia republicana de regeneração social atingiu, fomentou ou organizou, as representações e as reformas da educação na Primeira República? Qual o alcance dessa idéia para a formação do cidadão? Quais foram os limites colocados pela administração pública para a realização de uma reforma estrutural da sociedade por meio da organização da educação pública?

Minha ambição aqui é perceber o modo como Manoel Bomfim apresentou essas questões ao longo de *América Latina: males de origem*, *O Brasil na América* e *O Brasil nação*. Por essa razão, trata-se mais de avaliar os fundamentos políticos de sua crítica que propriamente as implicações dela para a sua prática de educador. Nesse sentido, a interseção que procuro produzir não visa relacionar, nas obras destacadas de Manoel Bomfim, o discurso ou a prática educacional às representações sociais acerca da formação da nacionalidade brasileira, mas sim o discurso médico, a terminologia biológica ao pensamento sociológico. O objetivo não é outro que compreender o sistema de metáforas que tornou possível operar com um novo repertório de expectativas perante o futuro político da República: não mais reformador, mas revolucionário.

1. A utopia terapêutica e o ocaso brasileiro: a funcionalidade política do discurso médico

O discurso social veiculado pelas instituições e revistas médicas entre 1870 e 1930, ao articular temores, esperanças e intenções perante os processos de modernização iniciados pelas classes dirigentes no Brasil, construiu imagens da realidade brasileira que reforçavam os sentimentos expressos nos discursos pronunciados

por autoridades administrativas e nos artigos escritos nos periódicos diários da capital. Falava-se em “decadência”, em “degenerescência”, designando-se os perigos que ameaçavam a nação se a obra de “higienização” e de “depuração da raça” das campanhas propostas não prosseguissem ou se iniciassem. Produzindo efeitos de catástrofe eminente, o discurso refundava a noção de um país doente, sublinhando o papel da eugenia e da profilaxia no esforço de constituição do povo brasileiro, empreendido por intelectuais e médicos.

Resumindo os problemas do país na metáfora de um brasileiro doente e às esperanças de erradicação desses males na ação de uma elite demiúrgica, o discurso médico veiculado pelo *Brazil Médico* ou pela *Gazeta Médica da Bahia* (SCHWARCZ, 1993; CORRÊA, 1998), por exemplo, foi um discurso profilático que erigiu a questão sanitária, em um, e a questão racial, no outro, em metáfora da situação social do país.

São numerosos os estudos que sublinham a funcionalidade política do saber médico. Destacam-se os autores que investigam os processos de organização institucional da medicina, que buscam na conformação de áreas do saber como as ciências sociais e a antropologia os significados políticos da noção de raça e das práticas de profilaxia. Lilia Moritz Schwarcz (1993), por exemplo, identifica nesses processos um projeto de intervenção social que negava a liberdade individual. A ação de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro é o paradigma desse projeto. Mariza Corrêa, em seu livro *Ilusões da liberdade* (1998), tenta mostrar a relevância política e judicial desses processos, analisando a obra de Nina Rodrigues.

Em ambos os estudos, as autoras percebem nos espaços institucionais da medicina a produção de um discurso sobre a prática da profilaxia, da higiene e da eugenia, isto é, sobre as práticas de conservação de um certo patrimônio biológico. O cuidado com o futuro do país e a preocupação com as deficiências da população foram os principais tópicos das discussões em torno da viabilidade dos projetos científicos ou das resoluções de problemas tecnicamente colocados.

Até certa medida, foram essas as discussões nas quais o pensamento social participou naquele momento. Recortado por uma

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

problemática resultante da procura de uma identidade do povo brasileiro, o discurso do pensamento social no Brasil, de fins do século XIX e início do século XX, constituiu-se de modo a responder determinadas questões de formação étnica discutidas no campo da medicina.

Autores como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana, construíram, em suas obras, a partir da conjunção dos determinismos geográficos e raciais, do darwinismo social e, mais amplamente, do positivismo, interpretações estritamente ligadas às concepções biológicas e organicistas da vida social, nas quais a raça negra seria inferior à branca – da qual os mestiços representavam uma degenerescência (RODRIGUES, 1939)–; o povo brasileiro, como tipo sociológico, seria apático, sem iniciativa e desanimado (ROMERO, 1953); e as relações de poder se dariam num quadro em que a raça forte não destruiria a fraca pelas armas, esmagando-a pela civilização (CUNHA, 1957).

Essas análises formalizavam suas idéias dentro do que era entendido na época como o campo científico. Discutiam, assim, as questões da nação com base num saber que se impunha como ciência e que era, justamente, profundamente marcado pelas questões raciais. Nesse sentido, as representações médicas entraram na elaboração do discurso sobre o social como instrumentos de diagnóstico dos problemas.

Essa perspectiva foi analisada por Michel de Certeau como o componente fundamental da utopia terapêutica: dar aparência “médica” a uma administração encarregada de curar e, mais ainda, de organizar a ordem em prevenção (CERTEAU, 1994: 300). Até certo ponto, é o que esteve implícito em diversas propostas e concepções teóricas que, no Brasil, instituíam a higiene como problema nacional: constituiu um discurso que procurava na “infelicidade biológica” do passado os determinantes do presente. A compreensão do passado e o entendimento do presente permitiriam a correção dos erros: realizado o diagnóstico, propunham-se as terapias adequadas.

Manoel Bomfim, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e lente de pedagogia e psicologia da Escola Normal do Distrito Federal, partiu dessas mesmas premissas encontradas nos autores acima: meio, organismo, evolução, prestando atenção

particular no papel da biologia na construção de seus enunciados e na estruturação dos seus textos. Porém, Manoel Bomfim deslocou as noções acerca da constituição da nacionalidade já estabelecidas em obras consagradas ao conferir uma explicação biológica não só à constituição do povo, mas ao próprio processo de colonização. Por meio do parasitismo econômico, conferiu ao problema do atraso nacional uma nova conformação: não mais racial, mas sim exploratória, parasitária. Não surpreende, como indica Mariza Corrêa, que tenha sido ridicularizado enquanto viveu e excluído de instituições que formal ou informalmente tinham algum significado de aceitação de seu papel como intelectual (1998: 67).

Apesar disto, o enfoque na exploração colonialista ou econômica das elites dirigentes constituiu o modelo de composição da “trilogia sobre o Brasil” – *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* e *O Brasil nação* (1931). O autor, nessas obras, não fugiu dos paradigmas de sua época, mas conseguiu construir um ponto de inflexão no pensamento racial ao procurar compreender a realidade brasileira no que ela apresentava de específico.

2. O parasitismo como forma de organização do estado: exploração e formação histórica das nações latino-americanas

Em *América Latina: males de origem*, Manoel Bomfim estabeleceu para as suas análises uma longa série de analogias entre o organismo animal e as sociedades humanas. Sua formação em medicina transpareceu na terminologia da qual se utilizou: descreveu sintomas, concebeu remédios, dividiu nações e classes sociais em parasitas e parasitados. Identificou no parasitismo efeitos funestos para os organismos sociais, uma vez que essa prática não só destruía o organismo parasitado (dominado), mas também porque provoca a degeneração do próprio parasita (decadência moral): “sempre que há um classe ou uma agremiação parasitando sobre o trabalho de outra o parasita se enfraquece, decai, degenera, extingue-se [...]” (BOMFIM, 1936: 28). Essa obra, ao procurar as origens dos males da

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

América Latina, ou seja, do seu atraso, busca suas causas na decadência da Península Ibérica, corroída pelo exercício do parasitismo.

De certa forma, ficam evidentes as influências de Hebert Spencer, assim como a crença de que existe um caminho normal de evolução no qual o parasitismo constituía o obstáculo que entravava o desenvolvimento das sociedades. Assim, pode-se desprender da noção de parasitismo algumas conseqüências referentes (1) à organização do Estado, (2) às características da administração nacional e (3) ao caráter das novas sociedades formadas no século XVI.

Desde o início, o Estado, organizado para explorar a colônia, foi entendido como parasitário e destituído de medidas que visassem o bem comum. Assim, foi concebido como alheio à vida nacional e espoliador dos bens particulares:

Enquanto os outros povos, segundo a evolução normal das sociedades ocidentais, passavam do viver militar ao regime industrial, e entravam na fase verdadeiramente produtora, as nações ibéricas transformavam-se definitivamente em parasitas sedentários; cerravam os olhos e tapavam os ouvidos ao progresso científico, aferravam-se a esse viver que lhes parecia ideal – Sugar! Sugar! Sugar! E de decadência em decadência, degenerando e retrogradando sempre, chegaram a perder todo o caráter primitivo, toda originalidade própria [...] Viveram trezentos anos indiferentes à evolução que se fazia no resto do mundo, obstinados em permanecer no passado, e esse passado levou-os quase à morte (BOMFIM, 1936:114).

Apoiado num vocabulário biológico, Bomfim trouxe ao texto, a partir dos aspectos derivados das similaridades da formação histórica das nações latino-americanas, os problemas estruturais do continente. A economia agrícola, o trabalho escravo e a exploração pela metrópole foram consideradas as características da administração nacional dessas nações. Na concepção de Manoel Bomfim, tratava-se do parasitismo em sua forma ideal: *uns a trabalhar e outros a engordar e a gozar* (BOMFIM, 1936:127). Assim:

Quem quiser estudar nas coisas a razão da não fixação da riqueza nas nações sul americanas, e principalmente no Brasil, há de encontrar nas tradições do comércio uma das causas mais potentes. [...] Mesmo as mercadorias de outros países tinham de vir para a América por intermédio do comércio das metrópoles; do mesmo modo que na Europa o comércio estrangeiro tinha de procurar na península os gêneros produzidos na América. Impediam-se até as relações entre uma colônia e outra [...] Os intermediários são os drenos por onde se escoam a riqueza produzida. É por isso que as nações da América Latina, depois de três séculos de produção, depois de ter visto sair de seu solo riquezas fantásticas – todo o açúcar, café ouro e diamantes do Brasil, o ouro e da prata da América Espanhola –, depois de ter produzido tanta riqueza, se achavam tão pobre no dia da independência como dezenas de gerações de milhões de índios e negros não houvessem morrido a trabalhar, sob um solo fertilíssimo, semeado de minas preciosas [...] O regime era tal que toda a produção da colônia tinha que passar para a metrópole; não havia como reter, como furtar uma parte que fosse. E foi deste modo que ao fim de três séculos de exploração aturada, de produção intensiva e trabalho escravo, tocada a relho, que a América Latina se achou tão pobre como no dia em que os aventureiros luso-espanhóis pisaram aqui, ou mais pobre ainda (BOMFIM, 1936: 130,133 e 135).

Desse modo, do Estado parasita e da administração espoliadora resultavam, para o caráter das novas sociedades, “perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos” (BOMFIM, 1936: 158-159).

[...] o colono encontrou na escravidão o processo sonhado: algumas centenas de escravos e um chicote para cada turma – eis tudo que era preciso. [...] Comprado ou vendido, o negro ou o índio era um capital: o chicote, o meio de crescer-lhe o juro, o recurso para que não se extraviasse (BOMFIM, 1936:131).

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

3. Progresso e raça: a relativização do biologicismo

Manoel Bomfim, em sua obra, diagnosticou “estados d’alma”. Em *América Latina: males de origem*, foram identificadas determinadas qualidades nos indivíduos, determinados traços que, no momento da formação do povo brasileiro, caracterizaram sua herança cultural. Preocupado em não reduzir a herança cultural à racial, Bomfim procurou ver o que se ocultava nas formulações raciais presentes em outros autores da época. Em *O Brasil na América* compreendeu tratar-se da constituição de um pensamento no qual tanto o indivíduo quanto a noção de progresso caracterizavam-se como objetos de dominação, ou de sistemas ideológicos:

É um fato a meditar: si, de tantos estabelecimentos coloniais portugueses, só o Brasil se tornou um povo, com capacidade de nação, é que houve, aqui, qualquer coisa, em vida, além do português, e que foi essencial para o êxito da empresa. Só pode ter sido o outro elemento humano, esse gentio, não desmoralizado como o mísero africano transplantado, esse gentio, que fornecendo o trabalho, dando a experiência da terra, nem por isso se desobrigava de ser autônomo e forte (1929:102).

O sexo, com a fecundação estranha, traz aos novos organismos uma qual instabilidade íntima de constituição, uma qual tendência a variações, no sentido de se conformarem a novas exigências da vida: e isto, a que os biólogos chamam de labilidade, vale como capacidade de progresso orgânico. Ora, as particularidades de estrutura, nos germens provindos da fecundação diferente explicam perfeitamente essa mesma labilidade, assim como a própria hereditariedade. A esse propósito, há longos estudos, que se prestigiam nos nomes de: Elsberg, Wiesner, De Vries, Hertwig, Weisman, Conklin, Gaullery, Deperet, Waaghen, Boveri, Loeb, Chabry, Diriesch, Pluger, Shulze, Whitman, Wilson... (BOMFIM, 1929: 180).

A imagem de inacabado permite a reformulação da noção de progresso por Manoel Bomfim:

[...] possibilidade de variações, mutações [...] progresso, enfim, porque reconhecemo-lo todos: o progresso se faz em mutações, lentas ou súbitas, e que só podem sobreviver si há instabilidade intima no germe. Nem outra coisa significa a decantada evolução criadora (BOMFIM, 1929:181).

A concepção de progresso em Manoel Bomfim adquire características de mutação, instabilidade, possibilidades, e não de ordem, estabilidade, progressão linear; constituiu, por isso, uma aproximação com as variações possibilitadas pela reprodução orgânica, instável, apresentando diferenças estruturais determinadas pelas numerosas combinações possíveis na célula germe da mesma forma que inumeráveis são, para Bomfim, as recomposições sociais do passado que formaram as “*substruturas*” para novas organizações institucionais.

Essas noções serviram de ponto de partida para Bomfim estruturar uma concepção de progresso livre de determinismos raciais. Procurava com essa construção relativizar as verdades retiradas de autores como Gobineau, Bucke Agassiz e do próprio Spencer reproduzidas pelo ideário da elite dirigente e que corroboravam com os sentimentos de superioridade e a mentalidade colonial formadas na Europa do século XIX muitas vezes associadas ao cientificismo.

Tal postura representou o reconhecimento de que as teorias científicas não seriam apenas o reflexo, ou tentativa de explicar a realidade, mas, antes, participavam das relações entre o saber e o poder. Nessa perspectiva, Bomfim procurou demonstrar o nenhum valor científico das teorias racistas:

Toda essa superiorização referida à decantada raça dos dolichocephalos louros, que puros, simbolizam a super-essência humana; todo esse bacharelismo gira por fora da ciência. Si não, revisitem-se as verificações de A. G. Haddon, etnólogo de verdade, e, com isto, grande competência em biologia. É o próprio que prefere substituir o termo raça por stock humano, tão vazia e

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

confusa lhe parece a noção de raça, como a emprega a meia ciência. Começa por afirmar: “Os problemas do parentesco racial são puramente zoológicos.” E prossegue: “Não existe civilização racial: a civilização de um determinado povo depende em primeiro lugar do seu modo de viver” (BOMFIM, 1929: 224-225).

Uma vez que:

Tudo considerado, reforça-se o asserto: o Brasil é um país de população cruzada, desde os seus primeiros dias, e foi com essa população cruzada que a nação apareceu e se definiu. Pretender conduzi-la a um tipo puro, em nobilitante organização, é pretender – desfazer e não completar e conduzir o que é propriamente Brasil. Tanto que, não haverá, para a nossa situação histórica e etnográfica, atitude mais impatriótica do que a de concluir dos povos, pelos preconceitos das raças inferiores [...], superiores, repetindo os aleives que, em nome da biologia, se erguem, contra os cruzamentos das raças humanas extremas (Idem).

Bomfim estabeleceu uma relação de alteridade entre a defesa e/ou aceitação do cruzamento das raças com a condição de aceitação da nacionalidade brasileira que, em última instância, definia-se para ele como patriotismo. Estratégia discursiva de legitimação social do elemento nacional que funcionou também como uma tentativa de deslocar a questão dos problemas “gerenciais” da República da questão racial para as questões histórico-sociais. Isso se fez na produção de uma relação bipolar entre parasitas e parasitados, na desvalorização das características científicas do conceito de raça, e portanto, nas relações que Manoel Bomfim estabeleceu entre os diferentes tipos humanos presentes quando da formação da população brasileira.

De fato, em *O Brasil na América*, Manoel Bomfim trabalhou com idéias de nacional, civilização e raça numa relação bastante interessante: “no Brasil a formação nacional não é um simples desenvolvimento social, político, civil e moral, mas um profundo processo físico-psicológico” (BOMFIM, 1929: 376).

A formação nacional não deriva, portanto, somente do desenvolvimento linear dos processos sociohistóricos de constituição da nação. Era também um produto das formas de relação contidas nos processos de interação entre o corpo social, portador de costumes, possibilidades de conformação e formação do indivíduo e, por outro lado, o corpo individual, sujeito de transformação do meio e do social no qual está inserido. Era como portador das características físicas capazes tanto de transformar como de se conformar, ou dos traços do caráter da forma de pensar, conceber ou intervir na realidade que Manoel Bomfim compreendia o cidadão.

Assim, a questão de “como é o brasileiro” passou, também em Manoel Bomfim, pela construção de uma ordem de interpretação que teve como estrutura uma concepção biologizante das características determinantes do progresso e da individualidade específica do brasileiro. Nesse sentido, as formulações de *O Brasil na América* também carregavam uma forma de conhecer e de construir um discurso sobre o indivíduo.

As possibilidades de progresso, no entanto, não se encontravam nas deficiências das raças constituintes do brasileiro, mas na degenerescência das instituições administrativas. Atento aos mecanismos de exploração dos fracos pelos fortes, Manoel Bomfim conferiu às formações políticas um exame de sua historicidade a fim de diagnosticar os problemas relativos ao Brasil.

4. Instituições políticas: nação, pátria e nacionalidade

Em 1931 foi publicado *O Brasil Nação*, livro no qual Bomfim analisa a constituição política do país no período pós-independência. O problema colocado nesse livro tem a ver com o estudo das formas políticas do Império, do Segundo Império e da República para inquirir sobre as características nacionais. Neste volume, a conexão histórica continua sendo a chave para a compreensão dos processos de formação institucionais presentes na formação do Brasil. Relacionando de forma estreita história e formação social, Bomfim

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

compreendia que as instituições políticas do Brasil não eram um simples reflexo de:

[...] conceitos correntes que nos condenam [...] como bárbaros e incultos, mas de uma evolução infalível [em que] os ataques às instituições estabelecidas são, de fato, respostas às reações, porque as mesmas instituições, como os regimes estabilizados, só existem e só têm significação como emanção dos espíritos que se mobilizam para conservar e permanecer (BOMFIM, 1996: 46).

Assim, o estudo dos usos do poder político administrativo levou Bomfim a “andar pelas páginas da história, que nos mostram as almas e os recursos das pessoas através das quais se fez a lastimável degradação da política já exclusivamente nacional” (BOMFIM, 1996: 159). A história, nesse sentido, tornou-se indispensável em toda a preocupação analítica do autor. Foi necessária para que compreendesse a sociedade por meio de seus vínculos com as instituições e processos políticos.

Foi nesses moldes que Manoel Bomfim retrçou as características principais das, segundo ele, quatro revoluções que marcaram os estágios da evolução nacional. Foi nesse sentido também que estabeleceu um eixo causal comum a todas elas:

Como correspondiam às necessidades essenciais e inadiáveis, pronunciaram-se em movimentos desde logo triunfantes, sem possibilidades de resistência efetiva. Nem houve, mesmo por parte dos conservadores, o pensamento de reagir francamente, imediatamente. Destarte, Independência, Abdicação, Abolição, República foram mudanças irreformáveis e definitivas quanto aos motivos ocasionais e imediatos, como foram vitórias falhas quanto às causas essenciais dos males a curar (BOMFIM, 1996: 365).

“As causas essenciais dos males a curar” eram, desse ponto de vista, os males de origem, da América Latina e do Brasil: o parasitismo da organização do Estado ou a perversão do senso moral do caráter nacional ou, em outras palavras, o que estaria por se resolver eram as determinantes da herança cultural. Assim, “não

havia remédio possível para o Brasil do Império de D. Pedro I ” (BOMFIM, 1996: 114), em cujos atos e processos o Brasil se entregou “seguindo-lhes os efeitos de que, em 1831, cai pela gangrena o que já era esfacelo” (BOMFIM, 1996: 59). Na mesma linha de argumentação, “o Segundo Império já não teve o que corromper, o seu papel foi, apenas, o de sistematizar o bom aproveitamento da mesma corrupção” (BOMFIM, 1996: 230), que levou ao fim do Império. Abolição e República, foram, segundo Bomfim, movimentos entrelaçados, “a primeira caracterizadamente social novidade na vida do Brasil, efeito do influxo romântico de que se tomara a população” (BOMFIM, 1996: 347). E a República? “[...] é indispensável insistir no acentuar dessas misérias, porque tal foi o vírus em que se corrompeu, definitivamente, a República já mal nascida” (BOMFIM, 1996: 426).

Essa dimensão orgânica do texto (remédio, vírus, gangrena) inscreve na análise de Bomfim representações do Estado brasileiro no conjunto das estruturas que ligavam as diferentes características sociais e políticas presentes na obra. Nesse sentido, do *O Brasil nação* emergem representações que permitem observar uma certa concepção de identidades brasileiras a partir de enunciados sobre o Brasil, presentes na historiografia contemporânea da época, retomados e retrabalhados de forma própria por Bomfim.

Distanciando-me um pouco das proposições gerais do livro, voltar-me-ei à questão do discurso presente no texto de Bomfim. Desse ponto de vista, *O Brasil nação* permite estabelecer certos espaços discursivos no que se refere à identificação dos males de origem e de formação do Brasil diante do novo lugar em que se procurava o remédio para esses males: a República.

O Brasil nação formalizou uma caracterização da população por um conjunto de noções, veiculadas, por um lado, numa enunciação biológica e, por outro, numa enunciação histórica, que possibilitaram operacionalizar a idéia de sujeito humano na determinação dos processos de formação da população, de concepção de nação e de construção do Estado.

No caso da *formação da população*, as teorias raciais, constituindo práticas discursivas, já na década de 1920, ainda permitiam aos intelectuais apreenderem o indivíduo como objeto de

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

estudo. Nesse sentido, e com todo tipo de solução para os problemas de formação nacional, a idéia de raça constituiu permanente questão nas formas de concepção das características nacionais. Se, em *América Latina: males de origem*, Bomfim identificou nesse tipo de discurso o lugar em que se constituía a relação explorador/explorado e não superioridade/inferioridade, em *O Brasil nação* identificou o lugar reservado às concepções raciais no interior do Estado republicano:

Pois é nessa monstruosa concepção que se monta uma etnologia oficial brasileira, na pretensão de trazer inspiração científica à solução do problema da população! E como tanta insânia não podia deixar de decompor-se em novos erros, da falsa ciência bacharelesca vem brotando preconceitos de raça, teóricas incompatibilidades, dificuldades que se anunciam, e de que, cinqüenta anos antes ninguém desconfiava (BOMFIM, 1996: 486).

Essa pretensão científica de solução do problema brasileiro da formação da população presente na elite republicana explicava alguns dos seus procedimentos:

[...] o empenho com que apelam para a imigração, o valor que lhe dão, as estultices que repetem quanto à significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e antibrasileira com que repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, argüidos pela falsa ciência, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de ontem, dominados e explorados de hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças (BOMFIM, 1996: 478).

Essa significação, imprimida por Bomfim na noção de raça, compreende dois níveis: um que dizia respeito à ciência em geral e às suas formas de penetração no pensamento oficial republicano e, outra, que se referia às determinantes históricas que delegava ao indivíduo o índice irredutível da dimensão jurídico-política da constituição dos estatutos mais gerais do direito. Por essa razão, a *concepção de nação* passa por uma questão complexa, pois se baseava

nas qualidades do indivíduo, de suas origens, de sua história. A nação configurou-se num conceito que carregava necessariamente representações conscientes. Em Manoel Bomfim, a definição de nação supõe o reconhecimento público de uma origem, mais precisamente de uma originalidade. Esta deveria ser assinalada pelo, e voltar-se para, o sujeito individual ou coletivo responsável pela produção de uma tradição.

Tanto vale dizer: a humanidade se realiza em grupos, nitidamente e necessariamente situados através de um passado: são as pátrias, cada uma das quais tem uma paisagem humanizada numa tradição (BOMFIM, 1996: 491).

A pátria, nesses moldes, representaria uma organização que sofreu do esgotamento provocado pelas torpezas mascaradas de patriotismo e nacionalismo inerentes à história nacional. Convertidas em tradição (republicana), tais torpezas reproduziram os vícios históricos dos regimes passados e conservam concepções e privilégios reproduzidos desde a colônia. Nesse aspecto, Bomfim opera um deslocamento de compreensão, na medida em que, ao desacreditar os determinismos raciais e geográficos, conferiu à classe dirigente as responsabilidades pelo destino nacional, portanto:

[...] não cause estranheza o vazio e a inércia de tais noções, na mentalidade desses dirigentes. Pátria e nacionalidade valem em formas e em intuítos diametralmente opostos nas mentalidades reacionárias, de espoliadores, e nas consciências em halo de justiça e de solidariedade. Para aqueles é a opressão imperialista, é a política de armamentos, a instigadora da guerra, como é, na vida eterna, a justificativa da eterna espoliação e do irreparável parasitismo da classe dirigente. Para os justos e livres, a pátria, necessariamente nacionalizada, é a simples cordialidade imediata, concreta da realização humana (BOMFIM, 1996: 490).

Havia, para Bomfim, duas concepções de pátria e nacionalidade, a partir das quais operou uma divisão precisa: de um lado, aquela nutrida pelo proletariado (reserva da humanidade), de outro, aquela praticada pela classe dirigente (parasita). Dupla

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

determinação na qual a *construção do estado* republicano e sua direção permaneceu sob o controle da “tenebrosa insuficiência da gerência bacharelesca com uma mentalidade presa na tradição da jurídica coimbreense” fadada, portanto, ao “parasitismo dos governantes bragantinos” (BOMFIM, 1996: 519). Assim: “O Estado continua a ser o instrumento dos que o convertem em utilidade própria: e como não fora possível parar, de fato retrocedemos até a degradação modelo” (BOMFIM, 1996: 519).

Diagnosticados os problemas “orgânicos” da nação, o remédio, para Bomfim, encontrar-se-ia numa adequada formação do povo brasileiro. Tal formação deveria fornecer aos indivíduos possibilidades de adequação aos processos sociais de construção do progresso, a fim de construir “uma harmonia de formas para uma coordenação dos efeitos” que permitissem à nação “ir além das iniciativas e possibilidades individuais” (BOMFIM, 1996: 519).

Essa argumentação, novamente, foi derivada de uma operação de sentido na concepção de sujeito humano com relação às doutrinas deterministas.

5. Educação e revolução

A idéia de que a nação envolvia o homem como indivíduo ativo formalizou uma diretriz de grande estabilidade em toda a obra de Manoel Bomfim: a crença de que o homem utiliza-se do ambiente como meio para sua ação. Por isso, a necessidade de adaptar-lhe, instruir-lhe a progredir no espaço nacional; em outras palavras, havia que se educar o povo brasileiro.

Pois não é verdade que precisamos sair dessa vida de moleza, espasmos e insuficiências, por si mesma incompatível com a renovação de ânimo, e todo esforço útil e vencedor? Higiene, instrução, método, ardor social, preocupações políticas, consciência moral, idéias... tudo isto, de que tanto carece o brasileiro, só a educação lhe pode dar. Será a própria renovação nacional. Quem o contestará? Se o padrão de mentalidade se eleva, elevar-se-á o nível geral da sociedade (BOMFIM, 1996: 520).

Uma das características mais interessantes da seqüência histórica constituída por Bomfim foi o lugar ocupado pela educação na estrutura política da República. A educação foi apresentada no texto como (1) premissa da democracia como regime de governo e (2) afirmação da renovação nacional.

No primeiro caso, a educação popular foi proposta como forma de resolver, ou melhor, enunciar, um paradoxo de princípio constitucional. O índice de alfabetização excluía um grande número de pessoas do direito de voto e das condições de se beneficiar da instrução como instrumento de ação política. A educação primária caracterizava, nesse aspecto, uma forma de criar processos de percepção, para a população, dos mecanismos que regiam a sociedade e a política, ampliando assim a participação dessa população na vida política e social da nação.

No segundo caso, a educação agiria no sentido de intervir sobre os efeitos funestos do parasitismo dirigente que se manifestava de três formas: (1) por meio do horizonte social de origem dos indivíduos, uma vez que, para Bomfim, seria impossível distinguir nas condutas de um povo a parte derivada exclusivamente da hereditariedade e a que era efeito da educação (BOMFIM, 1936: 165); (2) do ensino bacharelesco no qual as generalizações sem base, as transcrições literais e as abstrações filosóficas substituíram a observação do real, do meio em que se vivia, produzindo, por isso, elucubrações apartadas da realidade nacional (BOMFIM, 1936: 182) e (3) do conservadorismo político, caracterizado por uma resistência sistemática ao progresso, que só seria vencido pela educação política e social da população.

Em resumo, alargar as bases eleitorais significava, para Bomfim, submeter à vontade popular os poderosos movimentos de prescrição e legitimação dos programas elaborados por uma elite dirigente. Tal postura representou o reconhecimento da distância entre o contrato – a constituição republicana – e a sociedade, como realidade social, por parte dos ideólogos republicanos.

A conjunção da imagem conservadora da elite com a potencialidade transformadora, conferida por Bomfim à educação, produziu uma idéia de renovação sociopolítica estreitamente ligada com a educação popular. Tal idéia encontrou legitimidade, dentro da obra de Manoel Bomfim, por constituir um meio de conduzir a

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

nação nos trilhos do progresso. Para Bomfim, o progresso da sociedade, como organismo homogêneo, seria a única possibilidade de superar a distância entre direito (contrato) e fato (sociedade). Colocada assim, como pré-condição inevitável de toda e qualquer mudança efetiva de organização social, a noção de progresso recebe, em Bomfim, um significado prescrito, terapêutico, construído na forma de um esquema de metáforas que correlacionava imagens do corpo individual às imagens do corpo social.

Nesta operação, a escola foi colocada como única instituição capaz de modificar radicalmente o meio social brasileiro. Era entendida como a instituição encarregada de levar para toda a população as “práticas de higiene”, o “ardor social”, as “preocupações políticas”, a “consciência moral”.

Se em *América Latina: males de origem* a relação causal educação-progresso-mudança social significou a lógica primeira das concepções de Manoel Bomfim de uma transformação institucional da organização política pela formação social da população, já em *O Brasil nação* essa relação se diluiu na medida em que, nessa obra, as representações da organização social foram sobrepostas às imagens dos processos políticos. As representações sociais foram construídas, por Manoel Bomfim, em *O Brasil nação* por imagens que remetem à degeneração orgânica, tais como *mentiras vitais* (BOMFIM, 1996: 527), *peso morto* (BOMFIM, 1996: 27), *degeneração, parasitismo, viciado em vista da tradição* (BOMFIM, 1996: 416), *muralha pútrida* (BOMFIM, 1996: 559), *tédio de sociedade e suco de podridão* (BOMFIM, 1996: 560).

Contudo, as imagens sobre parasitismo e degradação constante foram as imagens sobre as quais Bomfim criou as representações referentes aos processos políticos tratados em *O Brasil nação*. Foram expressões tais como *substâncias entorpecentes para os viciados* (BOMFIM, 1996: 526), *essencial degradação* (BOMFIM, 1996: 526), *verdades assassinas* (BOMFIM, 1996: 527), *inválido como significação política* (BOMFIM, 1996: 416) e *vírus em que se corrompeu* (BOMFIM, 1996: 426), que consubstanciaram as argumentações sobre a evolução política do Brasil pós-independência.

Representações e imagens com as quais Manoel Bomfim criou um quadro de claustrofobia, em que a educação perdeu sua

potencialidade simbólica nos processos de mudanças sociais para a Revolução.

No prosseguir dos destinos, a nenhum povo é permitido parar: seria retroceder, para deixar-se abater. As ondas da vida, cada vez mais impetuosas e precipitadas, ou o levam consigo, ou, fazendo o seu caminho, abalam, derruem, abatem, submergem e fazem destroços, que serão base de mais vida. Para nós, enquanto ainda pacificamente parados, já nos submergimos num dique de despejos... Há que romper o dique, e que nada subsista na muralha pútrida que o fecha. Tudo que se poupe das formas sociais em uso, fará subsistir a mesma infecção que se nos comunicou nos veios do Estado português-bragantino que herdamos.

Dessa infecção tem que se curar o Brasil, se não aceitar diluir-se em miséria. De fato, um transe que de todo extinguisse a passada experiência política, até das memórias das gentes, seria alívio, pois que ela nada contém que mereça ficar em lembrança. Nada que não sejam dores, torpezas de degradação... E nisto se fechou esta pátria, até o intolerável abafamento de hoje. Ora, não é sem riscos, assim se submerge um povo – até a asfixia em podridão. Antes que extirpe, agitar-se-á, convulso, em purificante revolução (BOMFIM, 1996: 559-60).

Manoel Bomfim construiu o texto de forma a criar um ambiente de inépcia tal qual as condições em que acreditava estar a população submetida. As características institucionais republicanas se encontravam tão comprometidas com o parasitismo português bragantino de suas elites dirigentes que o regime submergia dentre as imagens de progresso, mudança e modernidade presentes nas formulações científicas, políticas e sociais ativadas pelos discursos reformadores da segunda década do século, constituindo-se, antes, devido às lacunas que essas imagens deixam transparecer no referencial enunciativo da nação, em um quadro de tensões intrínsecas à constituição do Estado republicano.

Nesse quadro, a ampliação da classe dirigente republicana, fosse pela ampliação do colégio eleitoral, fosse pela maior paridade de condições de igualdade social, levaria sua forma de sistematizar o poder a ruir.

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

Foi nesse sentido que as representações da regeneração do país, do desenvolvimento político, da decomposição do autocratismo e da adaptação da população aos *processos formidáveis que aniquilam os incapazes*, construídas sob bases educacionais na obra *América Latina: males de origem*, perderam seu caráter de renovação social dentro das novas imagens operadas em *O Brasil nação*, obra na qual Manoel Bomfim construiu um quadro de claustrofobia revolucionária, em que a concepção de um estado de revolução irrompido da asfixia do corpo parasitado, representado pelo povo, tomou o lugar de força motriz das reformas estruturais ou, mais apropriadamente, de remédio para os males de que padecia a nação nas proposições de Bomfim.

6. Os limites de uma interpretação da sociedade brasileira

As imagens são contundentes, sem dúvida, mas ainda sim, dentro dos paradigmas de origem das análises sociais brasileiras. A estrutura da obra não foi, de nenhuma maneira, estranha ao discurso da época: a articulação que determinou o sentido e as representações em expressões como “muralha pútrida”, “suco de podridão”, “essencial degradação”, não foi fortuita, ao contrário, foi aplicada à organização social, entendida como organismo e indicativa das suas necessidades de mudança e progresso.

O pensamento social de Manoel Bomfim não foi articulado somente pelas metáforas empregadas nas expressões veiculadas nos textos de *O Brasil nação*, *O Brasil na América* ou *América Latina: males de origem*, mas organizada pela estrutura de argumentação utilizada: construções analíticas que procuravam nos acontecimentos históricos o *leitmotiv* das descrições sociológicas realizadas segundo um modelo de evolução dos organismos vivos.

Dessa forma, o enunciado não diz diretamente o que significa, ele transforma as entidades em algo distinto delas mesmas, da mesma maneira que as imagens de decomposição, doença, parasitismo deixam de ser características do corpo individual e passam a

recodificar representações sobre o povo, a nação e o Estado por meio de uma concepção orgânica de compreensão da realidade.

Os efeitos da dominação parasitária que o texto apresenta estavam ligados a uma problematização no campo das representações sobre a formação do povo brasileiro. Nesse sentido, *O Brasil nação*, procurando desviar-se dos determinismos da raça, formulou representações sobre o povo brasileiro ligadas à imagem de doença, ignorância, improdutividade, intimamente relacionadas à metáfora do corpo parasitado, aplicado tanto ao indivíduo biológico quanto à classe social da qual pertencia.

O efeito de degenerescência que as significações contidas nas obras de Bomfim produziram, dentro dessas características provenientes de nossa formação, uma concepção de nação intimamente ligada a uma tradição de dominação e exploração – primeiro colonial e depois regencial e republicana. Foi pela filiação histórica que Bomfim entendia ser possível ao sujeito se reconhecer numa unidade nacional. E foi, a partir dessa direção, que formulou os efeitos de degradação social; modelo de dominação em que a nação se asfixiava.

Com esse reconhecimento histórico-social, *O Brasil nação* produziu uma representação do Estado, ancorada na metáfora do parasita. Por meio dela, inscreveu os diversos confrontos, as diversas relações de dominação da classe dirigente para com a população em geral. Essa relação, dominantes-dominados, em que se formaram as imagens de degradação, de deficiência e de doença, foi o parâmetro utilizado por Manoel Bomfim para a descrição e a compreensão da realidade social.

Manoel Bomfim produziu suas obras dentro das concepções de verdade da sua época, tanto na forma de estruturação da obra quanto nas maneiras de construir suas interpretações. Sempre pautado nas noções de meio, organismo, evolução e com forte destaque para as interpretações biologistas, procurou responder questões de formação do povo, do Estado e da nação brasileira. No entanto, produziu deslocamentos nos paradigmas que estruturavam os discursos das ciências sociais nas primeiras décadas do século.

O principal deles foi um deslocamento de posição do sujeito que passa dos determinismos naturais aos processos de dominação

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo

histórica. Em *América Latina: males de origem*, Manoel Bomfim construiu uma explicação biologizante para a colonização. Fez do parasitismo econômico uma categoria de análise dos processos históricos relativos à formação nacional e, de certa forma, inaugurou o deslocamento de posição no qual operou suas análises sociais. Em *O Brasil nação* esse movimento foi consolidado pela identificação da materialidade dos processos de formação histórica da nacionalidade brasileira: a exploração econômica, o sistema educativo e a dominação política. ■

Abstract: This article describes some aspects of Manoel Bomfim's sociology among 1910 - 1930 decades. It aimed to determine the peculiar perspective adopted by Bomfim to understand the historical characters of Brazil's social formation. In order to develop this perspective, the article focus on Manoel Bomfim's thesis according to what major brazilian social problems are the result of colonial exploitation and of the deepening gap between dominant classes and population.

Uniterms: history of education, medicine, Manoel Bomfim, social theory.

Bibliografia

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

_____. *América Latina: males de origem*. 2.ed. Rio de Janeiro: A Noite, 1936.

_____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

_____. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: história, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. São Paulo, 1986. 530p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, USP.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 25.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LIMA, Luiz Costa. A versão solar do patriarcalismo: Casa grande e Senzala. In: _____. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, Secretaria de Ciências e Cultura da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 1 (2), 48-59, 1984.
- RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- ROMERO, Silvío. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SILVA, José Maria de Oliveira. *Da educação à revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. São Paulo, 1990. 190p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1945.
- _____. *História e literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SOUZA, Antônio Cândido de Mello. Literatura e subdesenvolvimento. *Argumento*, 1 (3), Rio de Janeiro, out. 1973.
- SUSSEKIND, Floa; VENTURA, Roberto. *História e dependência. Cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.
- _____. *Uma teoria biológica da mais valia?* Rio de Janeiro: PUC, Divisão Intercâmbio de Edições, s/data, mimeo.

Da reforma à revolução:
Educação pública e
regeneração social na
sociologia de Manoel Bomfim
André Luiz Paulilo